



Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 14, n. 165, set. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ O cotidiano de um microempresário em licitações públicas
Carlos Eduardo Araujo de Assis
- ◆ Autossaneamento (self-cleaning), inidoneidade e suspensão do direito de licitar: lições do direito europeu e norte-americano
Cesar Pereira, Rafael Wallbach Schwind
- ◆ Cuidados na aplicação da Instrução Normativa nº 2, de 11.10.2010 – SLTI/MPOG – Sicaf
Flavia Daniel Vianna, Ricardo Ribas da Costa Berloff
- ◆ Licitação: acesso aos autos negado aos licitantes – Onde nós estamos?
Ivan Barbosa Rigolin
- ◆ Possibilidade de prorrogação de contratos administrativos, mesmo que a soma dos termos de aditivos extrapole a modalidade de licitação que antecedeu o contrato original, nos termos do permissivo legal contido no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 – serviços de natureza continuada
Márcio Berto Alexandrino de Oliveira
- ◆ Tipicidade e discricionariedade na aplicação de penalidades contratuais
Sirlene Nunes Arêdes

Orientações Práticas em Gestão Pública

- ◆ Contrato de prestação de serviços e reajustes

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Constitucional – Administrativo – Tribunal de Contas Estadual – Controle Externo – Precatórios – Suspensão de pagamento de parcelas referente a acordo firmado no bojo de precatórios – Atuação administrativa questionável do presidente do Tribunal de Justiça – Elaboração de “Termo de Compromisso Judicial” – Intervenção da Corte de Contas na apuração de irregularidades – Possibilidade – Medida excepcional
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Administrativo – Servidor público – Diretor de Hospital – Ilegalidade na condução de Processo Administrativo Disciplinar – Inocorrência – Autorização de pagamentos

e de aquisição de pagamentos, combustível e gênero alimentícios sem observância à inexistência de dotação orçamentária e à Lei nº 8.666/93 – Situação precária do hospital dirigido – Alegação de boa-fé – Inexistência – Afronta aos deveres funcionais de legalmente previstos – Subordinação ao princípio da legalidade

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Repasse de verbas pela União – Restrição cadastral no CAUC e no SIAFI – Suspensão dos efeitos apenas quanto aos repasses que visem à execução de ações sociais ou em faixa de fronteira – Art. 26, da Lei nº 10.522/2002 – Abrangência do termo “ações sociais”

◆ **Tribunal de Contas da União**

Dispensa de licitação – Art. 24, Inciso XXIII, da Lei nº 8.666/93 – Contratação de empresa controlada – Conceituação – Art. 165, §5º, II, da CF/1988 – Impossibilidade de contratação direta de empresa com participação estatal minoritária controlada por acordo de acionistas

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo – Licitação – RDC - Regime Diferenciado de Contratações – Lei nº 12.462/2011 – Contratação de serviços técnicos de assessoramento em gestão pública e engenharia consultiva – Inadequação do procedimento licitatório – Não observância do art. 4º, I, do Decreto nº 7.581/2011 – Suspensão do procedimento por tutela cautelar inibitória – Cabimento – Desistência recursal – Supremacia do interesse público – Indeferimento

Consultas - Tribunais de Contas

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**

Consulta – Aquisição de combustível para frota pública – Único posto de combustível no município de propriedade de agente político – Contratação direta – Inexigibilidade de licitação – Art. 24, caput, da Lei nº 8.666/93 – Inviabilidade de competição e substancial vantagem financeira e do interesse público – Onerosidade de se contratar com posto sediado em outra localidade – Excepcionalidade

◆ **Tribunal de Contas da União**

Consulta – Licitações internacionais – Incompatibilidade das regras licitatórias do BIRD com o §4º do art. 42, da Lei nº 8.666/93 – Prevalência da primeira – Art. 42, §5º, da Lei Geral de Licitações

Ementário

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contrato Administrativos

- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Terceiro Setor

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 67)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação